

4

Hume e a Europa

4.1

A força das leis

No ensaio *Da Liberdade Civil* Hume pondera sobre a eficácia de uma ciência para a política. Em sua opinião, “o mundo é jovem demais para que se possa formular em política um grande número de verdades gerais, que permanecerão verdadeiras até a mais remota posteridade”. Maquiavel, por exemplo, é criticado em seu *O Príncipe* porque viveu “numa época remota demais do mundo para que fosse um bom juiz da verdade política”. Se há uma lição que a ciência política já pode adiantar é que a posteridade freqüentemente rejeita verdades gerais. Face à possibilidade de que tudo possa vir a mudar, Hume declara que pretende “realizar neste ensaio uma comparação exaustiva entre a liberdade civil e o governo absoluto, *mostrando as grandes vantagens que a primeira oferece em relação ao segundo (...) (grifo meu)*”. Quais são essas vantagens? O saber, as artes, o comércio. A experiência grega e romana mostrou que o ápice do saber e das artes foram frutos de governos livres. A experiência moderna, o escocês diz, mostra que “em todos os casos (...) o comércio se encontra nos governos livres”. O que pensar, porém, da Roma e Florença modernas, onde as artes e as ciências se desenvolveram em plena tirania e usurpação da liberdade? E, principalmente, o caso da França, “que raras vezes gozou de uma liberdade duradoura e no entanto levou as artes e as ciências a uma perfeição nunca ultrapassada pelas outras nações”? Eis uma mudança decisiva que Hume credita, ao menos em parte, ao aprimoramento político:

“(...) devo observar que todos os tipos de governo, livre ou absoluto, parecem ter sofrido uma grande mudança para melhor, nos tempos modernos, em relação tanto à administração doméstica quanto à das questões externas. *A balança do poder* é um segredo em política, que só na época atual passou a ser plenamente reconhecido; e devo acrescentar que a polícia interna dos Estados também passou por grandes aprimoramentos ao longo do último século”.

E dela surge a categoria que é a mostra desse avanço: a *monarquia civilizada*, onde “a propriedade está em ordem, a indústria é fomentada, as artes florescem”. Isso é possível de constatar, pois na Europa mesmo os monarcas

modernos não foram tão maus quanto “Tibério, Calígula, Nero ou Domiciano¹⁰⁶”. Mas o que o escocês salienta é uma força que age como solo das decisões, uma marca que é, na prática, apenas elidida pela barbárie:

Mas, embora a lei, fonte de segurança e felicidade, desponte tarde em todos os regimes, e seja o resultado lento da ordem e da liberdade, não é preservada com a mesma dificuldade com que surge. Quando ela deita raízes, é uma planta rígida, que dificilmente perecerá na cultura doente dos homens ou pelo rigor das estações.(...) aquilo que é útil para os mortais comuns, uma vez descoberto, dificilmente passa ao esquecimento, a não ser pela total subversão social ou invasões bárbaras, capazes de obliterar todos os vestígios da civilização e das principais artes¹⁰⁷.

As monarquias civilizadas se tornaram governos leis, não de homens¹⁰⁸. Não obstante, apesar de tal garantia, qualquer monarquia, ainda que civilizada, será inferior em comparação a uma república. É verdade que na primeira os ministros e os magistrados são regidos por leis gerais e inflexíveis¹⁰⁹, mas nada há que limite o príncipe. Ele e a lei ainda se confundem, embora tal sensação seja minimizada¹¹⁰. Pelo fato do progresso a lei se tornou mais extensiva, mas o passo determinante, em tais monarquias, para que haja aprimoramento, é revestido do caráter particular. É a França - cujo abuso dos impostos não está em seu peso, mas em seu modelo arbitrário – que depende de “um príncipe ou ministro suficientemente dotado de discernimento para saber reconhecer seus interesses e os da nação e com suficiente força de vontade para romper com os antigos hábitos (...)”¹¹¹. Ora, vê-se que há inferioridades e incertezas, mas onde a força da lei vai se enraizando tais diferenças se mostram menos cristalizadas. O que Hume procura entender é como uma desigualdade clássica rompeu o véu da pura dicotomia e se tornou de tão difícil explicação pelos modelos mais esquemáticos; ou melhor, de como o problema do desenvolvimento das ciências e das artes, incluía-se aí o refinamento, que é um problema da civilização ocidental, desembocou numa igualdade (senão igualdade, ao menos aproximação) na qual os países e seus sistemas de governo já não podem mais ser pensados por uma correspondência clássica, mas talvez como que “refletidos”. A força das leis e do

¹⁰⁶ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. *Ensaio Da Liberdade Civil*, pp. 195-206

¹⁰⁷ Idem, p. 239

¹⁰⁸ Ibidem, pp. 203-204

¹⁰⁹ Talvez aqui Hume enxergue as monarquias civilizadas de maneira mais próxima ao governo misto inglês. Para isso, ver o ensaio *Da Liberdade de Imprensa*, p. 104

¹¹⁰ Ibidem, p. 240

¹¹¹ Ibidem, pp. 204-205

progresso formaria um eixo de comparação. Se a república é ainda um modelo de perfeição, para a história contemporânea a Hume ela não se mostra mais como o único exemplo de aprimoramento.

Podemos encontrar nos *Ensaio*s uma dupla abordagem da política na Europa. De um lado, e sobressaindo, vemos o escocês se debruçar sobre os problemas ingleses, sua constituição mista, o facciosismo, a questão Walpole. De outro, e servindo às vezes de contraponto, os avanços nas monarquias ocidentais, a realidade da monarquia civilizada, o desenvolvimento das ciências e das artes. Essa não é uma divisão inteiramente consciente de Hume, ao menos no esquema proposto dos *Ensaio*s, já que neles tais temas se encontram, com exceções, “entrecruzados”. Ele fala da Inglaterra e da França simultaneamente, confronta, também, a história antiga a essas realidades, enfim, ele não separa para analisar: à medida que o tema pede, ele aponta, compara, iguala ou diferencia as formas de governo que conhece¹¹². É com base nesse expediente que vemo-lo afirmar que nos governos monárquicos há “uma fonte de aprimoramento e nos governos populares uma fonte de degeneração que, com o passar do tempo, levarão essas duas espécies de política civil ainda mais perto da igualdade”. A França, por exemplo, poderia vir a ser rival no comércio com a Inglaterra. Pesava-lhe, como já foi dito, a arbitrariedade dos impostos, havendo, todavia, remédio para tal. O maior estorvo para esses dois tipos de governo residia, contudo, na questão dívida pública, cujos beneficiários eram os financistas, “uma raça de homens odiada”. Num governo monárquico ao menos a dívida não pesaria diretamente sobre o povo, já que o rei pode “abrir falência quando lhe aprouver”. Num governo popular a dívida é pública em todos os sentidos, os credores pertencem ao povo e a falência do governo é a ruína do trabalho em geral. O crédito público sem limitações é enganoso e fatal para a “república” inglesa, pois gera a multiplicação dos impostos, levando a um estado tal de coisas que seria preferível a servidão à liberdade sem o controle dos gastos¹¹³. Hume enxergava nessa aproximação provável (entre as monarquias e repúblicas) um evento negativo: a liberdade era

¹¹² FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment. Op. Cit.* p. 86: “No doubt the European civilized monarchies were inferior in political civilization, but there was no qualitative difference between the two types of government”. Ver também POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*. Volume. II. *Op. Cit.* p. 188: “(...) [for Hume] republic and absolute monarchy were less antithetical than complementary; so that the history of Europe and the theory of politics were alike in entailing the study of both.”

¹¹³ HUME, David. *Ensaio*s Morais, Políticos e Literários. *Op. Cit.* pp. 201-206

superior como forma de governo. O que de um lado se relacionava a um aprimoramento possível às monarquias civilizadas correspondia a uma degeneração quase que irremediável nos governos livres, especialmente na Inglaterra. Se Hume via, embora com restrições¹¹⁴, o desenvolvimento da civilização ocidental não se limitar ao governo livre, sabia que onde ele poderia ser “perfeito” (e nesse sentido ele trata principalmente da Inglaterra) havia tantos ou mais percalços quanto em um Estado de servidão. Duncan Forbes declara que o autor dos *Ensaio*s tinha plena crença no índice de civilização superior dos governos modernos no tocante à liberdade¹¹⁵, e que uma de suas maiores contribuições à ciência política foi a de combater os preconceitos entre uma forma de governo e outra, mais precisamente os preconceitos ingleses em relação a outros países “não aliados¹¹⁶”, tornando possível assim uma ciência política comparada¹¹⁷. Era necessário, para tanto, analisar a história contemporânea inglesa e a situação geral da Europa, e a partir daí delinear não só uma percepção interna (onde sobressai a *moderação*) como também uma compreensão da realidade política exterior, ultrapassando quaisquer conotações “fixas”. Há presente um forte sentido de “estratégia” externa, que caminha lado a lado à análise de outros sistemas de governo. A unidade que o escocês percebe calca-se no verificado desenvolvimento da civilização ocidental. Só que esse desenvolvimento é problemático, por ser instável. Outro tema recorrente nos *Ensaio*s será o da coligação entre as nações européias, não só desejável, mas de grande importância para a manutenção desse progresso.

4.2

Crítica ao passado e o desenvolvimento do presente

Porém, antes disso, faz-se necessário notar aqui que Hume empreende pelo menos duas críticas severas aos governos da antiguidade clássica. A primeira faz parte de um debate acerca da superioridade populacional destes em relação à situação presente, o que era identificado como algo positivo, já que “onde quer

¹¹⁴ Idem, p. 202: “(...) o comércio, na minha opinião, poderá declinar nos governos absolutos, mas não porque é menos *seguro*, e sim porque é menos *honroso*”.

¹¹⁵ Ibidem, p. 101: “Nada surpreende mais um estrangeiro que a extrema liberdade, de que desfrutamos neste país [Inglaterra], de comunicar o que quisermos ao público, e de criticar abertamente qualquer medida decretada pelo rei ou por seus ministros”. Ver também FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. p. 88

¹¹⁶ HUME, David. *Ensaio*s Morais, Políticos e Literários. Op. Cit. pp. 507-509

¹¹⁷ FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. pp. 91-92

que existam uma felicidade e uma virtude maiores, além de instituições mais consolidadas, também haverá uma maior população¹¹⁸”. Ora, diz Hume, quando se favorece a antiguidade nesta discussão esquece-se de ler seus textos apropriadamente, já que evidenciam o justo contrário: a escravidão, as guerras perpétuas, indústria e comércio rudimentares, a extensão demasiada dos territórios pela conquista. Tudo isso engendra a infelicidade (pela condição anti-social da escravidão), a imprevisibilidade da qualidade de vida, a destruição desmedida nos conflitos, os vícios e desordens em sociedades hipertrofiadas. A segunda crítica está relacionada à balança de poder. É complementar à primeira, pois o que fica explicitado nela é a inconsistência dos governos antigos, a imprudência de suas medidas em relação às nações vizinhas, a contradição entre governar e o sempiterno estado de beligerância. A balança de poder, fenômeno moderno¹¹⁹, evidencia o reconhecimento da autonomia dos países, a prudência necessária à política para escapar ao estado de guerra permanente. Essas duas críticas procuram não *apenas* contrastar o passado e o presente. Em primeiro lugar, podemos dizer que elas fazem parte de um *método comparativo*: “Em geral, podemos observar que a questão relativa à comparação entre populações de diferentes épocas ou reinos implica conseqüências sérias e normalmente leva a conclusões importantes sobre a sua política, seus costumes e a constituição de seu governo¹²⁰”. Em segundo, que tal método pretende satisfazer uma exigência de ação. A dedicação de Hume à historiografia antiga, em vez de afastá-la da realidade do presente, aproxima-a o tanto quanto é possível uma aproximação. Cremos que isso não significava para o escocês que havia lições no passado capazes de satisfazer a circunstâncias do presente; ao contrário, percebe-se, ainda que de maneira latente, o fosso entre o desenvolvimento civilizador e uma certa “juventude” do mundo antigo¹²¹. Há os que argumentarão sobre a uniformidade da natureza humana e o caráter algo conservador da filosofia política do autor dos *Ensaio*s. Contudo, não pode se negligenciar a importância de uma noção

¹¹⁸ HUME, David. *Ensaio*s Morais, Políticos e Literários. Op. Cit. p. 563

¹¹⁹ Idem, p. 503 e p. 507: “(...) parecemos [os ingleses] estar mais dotados do espírito de emulação dos antigos gregos do que influenciados pelas visões prudentes da política moderna”.

¹²⁰ Ibidem, p. 561

¹²¹ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. London, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1979, p. 161: “(...) to talk of French ‘slavery’ [por ser uma monarquia, e não uma república] was political rant: for one thing, it obscured the vast superiority of a modern civilized monarchy to even the republics of antiquity”.

como a de monarquia civilizada; ou a necessidade do intercâmbio mais fluente entre os países civilizados. Sobre este último ponto, novamente Duncan Forbes:

It may seem to be rather stretching a point to talk of a science of comparative politics in Hume. But it is not so much the weight of the contents that matters. Hume's essays (...) are packed with thought, but he does not get down to the detail of the laws and institutions of the republics and civilized monarchies of Europe, and so far as the latter are concerned, it seems to be France that he has in his sights most of the time. What matters is not the deployment of information, but the breaking down of the insular prejudices that made a comparative science of politics impossible. This allowed Hume to balance the pros and cons of the free and absolute governments of his day in a manner that, however rudimentary, is that of comparative politics, and to grasp the central feature of the modern state in the broadest possible perspective¹²².

Qual seria, então, a dificuldade em se perceber essa relação mais abrangente e necessária entre as nações? Uma parte da solução está contida nas duas críticas acima: não podemos governar como governavam os antigos e tampouco pensar em governo na forma singular como eles o imaginaram. A outra se encontra sintetizada no *Tratado da Natureza Humana*:

(...) embora o intercâmbio entre diferentes Estados seja vantajoso, e às vezes até necessário, não é tão necessário nem tão vantajoso quanto o intercâmbio entre os indivíduos, sem o qual é inteiramente impossível à natureza humana subsistir. Portanto, como a obrigação *natural* à justiça entre diferentes Estados não é tão forte quanto a existente entre indivíduos, a obrigação *moral*, dela decorrente, deve partilhar de sua fraqueza; e devemos necessariamente ser mais indulgentes com um príncipe ou com um ministro que engana um outro do que com um cavalheiro que quebra sua palavra de honra.

Falta, à moral do príncipe (isto é, no que concerne também a moral e relação entre Estados), a *vivacidade* que possui entre os indivíduos no interior duma sociedade¹²³. Sob o rigor da natureza humana, inclinamo-nos a negligenciar com mais frequência as relações que de imediato não nos tocam¹²⁴. A partir deste ponto de vista, torna-se possível argumentar que para Hume a ciência política possui essa função de corrigir pela reflexão uma tendência que é de todos os homens e tempos¹²⁵. Mais importante, porém, é o tipo de correção a que se

¹²² FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. p. 92

¹²³ HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, Livro III, Parte II, Seção XII, pp. 607-608

¹²⁴ HUME, David. *Uma Investigação Sobre os Princípios da Moral*. Op. Cit. p.97: "(...) e a simpatia para com pessoas distantes de nós [é] muito mais tênue do que aquela por pessoas que nos são próximas e imediatas".

¹²⁵ DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade*. Op. Cit. p.48: "A verdadeira moral (...), não consiste em mudar a natureza humana, mas em inventar condições artificiais objetivas tais que os maus aspectos dessa natureza não possam triunfar. Para Hume, assim como para todo o século XVIII essa invenção será política, somente política."

propõe. Hume não suspende o atual estado de coisas; nem busca tão somente uma sabedoria contida na história. Ele é o que Forbes chama de “forward-looking”: alguém que percebe o quanto determinadas mudanças políticas e sociais de seu tempo não são exclusivamente produtos de incoerências dos homens (ou de sua história), mas fenômenos que, enquanto tais, devem ser analisados, julgados e classificados no sentido de oferecer uma *atualizada* explicação dos fatos humanos: sua crítica a Maquiavel, no ensaio *Da Liberdade Civil*, é a demonstração disso¹²⁶.

Visto que uma de suas maiores preocupações centrava-se na perda da legalidade representada pelo faccionismo, e que sua percepção da possibilidade revolucionária era cercada de reservas, seu reconhecimento da fundamentação do governo pela duração e aprimoramento legislativo (não ruptura) indica que espécie de “filtro” poderia ser consignado a fim de propor um avanço social, uma *abertura*: a economia. É através dela que a comunidade de nações, dessemelhantes no que cinge a forma de governar, porém *aproximadas* por um progresso que é, em seu todo, passível de notação, formaria esse conjunto permeável a trocas, influências e, sem dúvida em Hume, prenhe de desenvolvimento. Ele até pensa que a China poderia ser, na sua específica monarquia pura, “a melhor de todas as formas de governo, por proporcionar tanto a tranquilidade em relação ao exercício do poder real quanto a moderação e a liberdade nas assembleias populares¹²⁷”. Mas o caso apresenta-se exclusivo, e seus resultados tão lentos (o progresso das ciências é o exemplo dado), que impedem maiores traços comparativos à Europa, seu objeto de reflexão preferencial.

Podemos encontrar parte da idéia dessa coligação nas três primeiras observações que Hume faz em seu importante ensaio *Da Origem e do Progresso das Artes e das Ciências*, a saber:

Primeira Observação: *É impossível para as artes e as ciências surgirem, inicialmente, num povo, se este não viver a benção de um governo livre;*

Segunda Observação: *Que nada é mais favorável ao surgimento da educação e da instrução que a vizinhança de estados independentes ligados pelo comércio e pela política;*

¹²⁶ FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. p. 89

¹²⁷ HUME, David. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 236

Terceira Observação: *Que, embora a única Estufa natural dessas plantas (as artes e ciências) nobres seja um estado livre, mesmo assim elas podem ser transplantadas para qualquer governo; e que uma república é mais favorável ao crescimento das ciências, e uma monarquia civilizada ao progresso das artes*¹²⁸.

A primeira observação está ancorada na idéia de que o saber, para os homens em sociedade, “é um requisito para instruí-los sobre as vantagens decorrentes de uma política melhor e de uma autoridade mais moderada¹²⁹”, ou seja, não pode nascer no despotismo, é até refratário a ele, tal nos diz a experiência - apesar das reservas- dos gregos, dos romanos. A terceira observação relaciona-se a dois fatores: a possibilidade da lei estável numa monarquia civilizada, o que permitiria a “transplantação” e o desenvolvimento autônomo das artes e ciências, e, em segundo lugar, que a própria experiência confirma, o desenvolvimento mesmo sob a tirania e a usurpação da liberdade. Mas esta última divisão não chega a ser inflexível para o escocês. Nos dois ensaios em que trata mais da relação entre governo e saber (neste e no *Da Liberdade Civil*) ele chega à seguinte conclusão: na monarquia (civilizada ou não) o refinamento é o que prepondera, favorecendo as belas-artes¹³⁰; some-se a isso que “todos os tipos de governo, livre ou absoluto, parecem ter sofrido uma grande mudança para melhor, nos tempos modernos (...)”¹³¹; ademais – e isso Hume levanta como hipótese a ser julgada pela posteridade – há uma fonte de aprimoramento nos governos monárquicos¹³². Em suma, o autor dos *Ensaio*s está escrevendo sobre uma Europa moderna e progressiva não importa o sistema de governo, tornando possível, assim, a “transplantação” das ciências e das artes.

Por fim (e a que mais nos interessa aqui), a segunda observação. O maior benefício que a conjuntura nela descrita pode proporcionar é o da constante emulação, que impediria um país “de aceitar muito apressadamente o modelo do outro nas questões das artes e do saber”. O fato é que Hume enxergava no consenso integral o estágio logo anterior à opressão (o descomedimento da soberania), sendo aquele inclusive seu *modus operandi* fundamental, freqüentemente por meio da força. Em sua percepção isso ganhava o contorno de

¹²⁸ Idem, pp.228-238

¹²⁹ Ibidem, p. 231

¹³⁰ Ibidem, p. 241

¹³¹ Ibidem, p. 202

¹³² Ibidem, p. 204

um retrocesso: quando a igreja romana cristã impôs a filosofia peripatética como “única a ser admitida em todas as escolas”, houve uma “depravação de todo tipo de instrução”; com o tempo, porém, a “humanidade rejeitou essa afronta”, e por isso, “a Europa é, no presente, uma cópia ampliada do que a Grécia foi no passado”, tanto no conteúdo do saber quanto na força de seus debates¹³³. Todavia, tal “cópia” passa, além de uma determinada tradição na maneira de pensar, por uma questão geográfica. Hume, que poucas vezes utiliza o expediente geográfico como força explicativa¹³⁴ o faz aqui sob uma condição especial. Não é o clima, não são os acidentes topográficos em si, a proximidade ou distância de rios e mares, é a *divisão*. É uma geografia associada, antes de tudo, à política, e, principalmente, à emulação, à *diferença*:

Se considerarmos a face do globo, a Europa, de todas as quatro partes do mundo, é a mais dividida por mares, rios e montanhas; e a Grécia o mais dividido entre todos os países da Europa. Assim, essas regiões se dividiam naturalmente em diversos governos distintos. E, dessa forma, as ciências surgiram na Grécia, e a Europa vem sendo desde então a sua pátria mais constante¹³⁵.

A distinção dos governos torna-se mais importante, por exemplo, que o juízo de uma unidade ideal¹³⁶. A *diferença* entre os países, relacionada ao progresso dos modos de governar na Europa, funciona como possibilidade de abertura ao debate, à discussão. Importante, em nosso argumento geral no sentido de uma *filosofia política*, é a concepção da relação entre os países em um nível institucional, o que, por sua vez, torna relativa qualquer afinidade prioritária advinda de uma sucessão dinástica, assim como favorece o acordo em questões delicadas, como o fato da guerra¹³⁷. Nesse aspecto, o escocês possuía uma compreensão em aparência contraditória à sua predisposição em aceitar preferencialmente a continuidade em detrimento do ímpeto por mudanças. Desta

¹³³ Ibidem, pp. 234-235

¹³⁴ SABINE, George H. *Hume's Contribution to the Historical Method*. In DUNN, John, HARRIS, Ian (editores). *HUME*. Volume I. Cheltenham, Lyme: Edward Elgar, 1997, p. 8: “(...), a similarity of character is always correlated with direct communication and opportunity for imitation than with similarity of physical conditions”.

¹³⁵ HUME, David. *Ensaíais Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 237

¹³⁶ POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*. Volume. II. Op. Cit. pp. 189-190

¹³⁷ HUME, David. *Ensaíais Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. pp. 507-508: “Nossas guerras com a França foram iniciadas com justiça, e até mesmo, talvez, com necessidade; mas elas sempre foram longe demais em decorrência de nossa obstinação e paixão. (...). Observamos aqui que mais da metade de nossas guerras com a França, e todas as nossas dívidas públicas, se devem mais à nossa própria perseverança imprudente do que à ambição de nossos vizinhos”.

maneira vemos, no parágrafo logo após a supracitada passagem, a possível contradição e sua justificativa:

Algumas vezes estive inclinado a pensar que interrupções ocorridas em certos períodos culturais, desde que não se façam acompanhar pela destruição de livros antigos e registros históricos, poderiam ser favoráveis às artes e às ciências, *por quebrarem o avanço da autoridade e destronarem os usurpadores tirânicos da razão humana*. Neste particular, elas têm a mesma influência que as interrupções nos governos políticos das sociedades¹³⁸.

Cumprе salientar, neste momento, que com essas três observações Hume está fundamentando, por uma provável origem e pela experiência, o desenvolvimento proporcionado pelo saber nos diferentes sistemas de governo europeus. A primeira e segunda observações dizem respeito ao surgimento, seja do saber e de suas conseqüências - a educação e instrução - de um fenômeno central à civilização, e a terceira relata a adequação do saber (artes e ciências) na política moderna - as ciências nas repúblicas, as artes nas monarquias. Deixemos esta última distinção de lado, por enquanto. Importa-nos mais o esquema proposto na segunda observação: o da vizinhança de estados independentes ligados pelo comércio e pela política. Embora neste tópico Hume inicie sua explanação em termos mais abstratos (acerca da extensão de um domínio e suas conseqüências), e depois ilustre isso com a história antiga, podemos interpretá-lo como não somente indicando um surgimento provável, uma “estufa natural”, mas um modo de organização desejável para a presente época. Deliberadamente ele inclui o exemplo da filosofia cartesiana e da teoria newtoniana: ambas foram mais duramente contestadas não por franceses e ingleses, respectivamente, mas, num contexto de emulação, por estrangeiros¹³⁹. Assim, a possível ligação entre estados independentes pode ser relacionada a dois fatores: a transição de algumas¹⁴⁰ monarquias para uma forma civilizada (sobressaindo aí a lei¹⁴¹), e o desenvolvimento do saber, que sob a salvaguarda da estabilidade legal, leva ao aprimoramento cultural, e aqui é onde Hume faz sua distinção entre a qualidade das artes e das ciências. Nada tem de acidental a geografia neste esquema, mas ela seria de todo insuficiente sem o progresso proporcionado pela lei geral. O saber

¹³⁸ Idem, p. 237 (grifo nosso)

¹³⁹ Ibidem, p. 235

¹⁴⁰ É importante salientar, mesmo tardiamente, que quando Hume pensa em monarquias civilizadas, está se referindo, especialmente, à França. Ver FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. p. 91.

¹⁴¹ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 239

leva à emulação, mas esta só subsiste onde a lei dá preferência à liberdade ante a autoridade despótica; estancado o debate, o saber fenece. Tendo diante de si, portanto, um quadro de repúblicas e monarquias civilizadas, Hume pode desdobrar as manifestações do saber de acordo com tais sistemas e a natureza humana: a utilidade requerida na república fortalece o gênio da ciência; a necessidade de agradar, e até mesmo uma certa feminilidade¹⁴², nas monarquias, condiz ao virtuose das belas-artes¹⁴³. Tal distinção vai ao encontro da idéia de que as formas de governo possuem a primazia na influência dos costumes¹⁴⁴. Uma aristocracia (uma monarquia) instila a polidez que se traduz em refinamento. Já na Inglaterra, “A elegância e a propriedade do estilo têm sido por demais negligenciadas (...). A primeira prosa culta que tivemos foi escrita por um homem que ainda está vivo¹⁴⁵”.

4.3

A relação entre os estados e o comércio

A idéia de que o progresso era discernível por manifestações como as ciências e as artes não excluía a constatação de que tal fato era dependente de transformações políticas e econômicas cujos rumos ainda se encontravam incertos, e que pouca clareza havia sido dada aos princípios ou mecanismos de sua composição, necessária que era para a ação do presente, no sentido de mantê-lo e de possibilitar às futuras gerações um legado. Neste aspecto, Hume procurará vincular sua percepção das monarquias civilizadas à do intercâmbio entre as nações, de modo que a partir de uma constatação fosse possível definir não só a natureza desse progresso, mas também a forma de sua continuidade. Vimos que sua crítica a Maquiavel relacionava-se não só às novas disposições dos governos modernos como também à ausência do comércio como questão de estado; de maneira semelhante, sua crítica à falta de uma balança de poder na antiguidade estende-se ao provincianismo muita vez praticado na Inglaterra em relação a outros países. Por fim e sem esgotar o tema, seu *tour de force* no ensaio *Da*

¹⁴² Idem, p. 236

¹⁴³ Ibidem, pp. 240-241

¹⁴⁴ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics. Op. Cit.* p. 226: “In Hume's science of politics, political institutions and forms of government were crucial ‘moral causes’ and determining agents”. Ver também POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion. Volume. II. Op. Cit.* pp. 188-189

¹⁴⁵ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários. Op. Cit.* p. 200. Hume refere-se a Jonathan Swift.

População das Nações Antigas representa a desmistificação de uma vã glória num passado que é em muito distante da dinâmica do presente. Pois ao presente Hume associa o desenvolvimento institucional subjacente ao progresso. Assim, a política pode ser reduzida a uma ciência porque

Tão grande é a força das leis, e de determinadas formas de governo, e tão pouco dependentes elas são dos humores e dos temperamentos dos homens, que se podem às vezes deduzir delas conseqüências quase tão certas e gerais quanto aquelas das ciências matemáticas¹⁴⁶.

Mas em se tratando da relação entre os países a dificuldade logo se apresenta sob a forma de “acidentes e acasos, (...) dos caprichos de umas poucas pessoas¹⁴⁷”. O que está em jogo na história moderna é a concepção de um Estado cada vez mais atrelado às suas responsabilidades institucionais, de modo que uma decisão aparentemente desconectada do particular incide, por sua vez, numa regra ao Estado intrínseca, apropriadamente despersonalizada:

Para a maioria das pessoas, todo julgamento ou conclusão é particular. (...). O seu olhar se confunde ante uma perspectiva muito extensa; e as conclusões que dela derivam, mesmo quando são expressadas com clareza, parecem intrincadas e obscuras. Porém, por mais intrincadas que possam parecer, é certo que os princípios gerais, se forem justos e sólidos, devem prevalecer no curso geral das coisas, embora possam falhar em determinados casos particulares; (...) Posso acrescentar que essa também é a questão principal dos políticos¹⁴⁸.

Para este Estado, pensado institucional, a exceção, a falta particular ou o vício compreendem antes parcelas estagiárias que elementos fundamentais e estáveis de repetição. Eis onde se formula com mais insistência a centralidade do hábito. Que estes aspectos negativos retornem e se façam presentes em todas as épocas e situações, em lugar algum é indicado por Hume que eles estejam no mesmo movimento que demarca a civilização moderna da sua antecessora. Nos ensaios ditos econômicos o escocês se preocupa insistentemente com o comércio. Os juro, a importação, exportação, a manufatura são todos indicados mormente à sua luz. Para nosso objetivo interessa o argumento central relacionado a tal prática e suas implicações no que diz respeito à idéia política encontrada aqui. O comércio, assim, já se destaca em sua função no Estado: “A grandeza de um Estado e a felicidade de seus súditos, por mais independentes que sejam em

¹⁴⁶ Idem, p. 109. Ver também FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. p. 89

¹⁴⁷ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 401

¹⁴⁸ Idem, p. 400

alguns aspectos, costumam ser indissociáveis do comércio¹⁴⁹”. Encontramos toda uma rede que leva da terra à manufatura, do trabalho ao prazer, da acumulação monetária à necessidade de sua fluência entre Estados: são todas essas interações somente possíveis por meio do comércio. O indivíduo preguiçoso tornar-se-á um motivado, o Estado restrito perece ante a fraqueza da subsistência¹⁵⁰. Quando a acumulação de capital faz-se associada, neste momento, à restrição das possibilidades que não se encontram de imediato visíveis, o filósofo, o moderador, intervém, para designar neste caso a função não só do Estado, mas dos homens em geral.

Uma das questões que Hume levanta – e talvez seja esta a questão principal aqui – é a de que há uma interdependência necessária entre os Estados. E que tal fato não é só percepção histórica, mas também enseja um projeto político. O comércio exterior eleva o estoque de trabalho da nação, que por sua vez pode ser convertido para o bem público. Contudo, esta não é uma questão de quantidades, mas sim do subjacente a elas: “(...) os homens e os produtos são a força real de qualquer comunidade. É o simples modo de vida que afeta a esfera pública (...)”¹⁵¹. Para o indivíduo, a vida simples pode até ser desejável; todavia, nenhum Estado funcionaria se assim o fosse. O escocês se pergunta, então “Qual dos modos de vida do povo, o simples ou o refinado, é o mais vantajoso para o Estado e o bem público?”, para logo responder “Eu preferiria o último (...), ao menos em relação à política; e consideraria isso como uma razão adicional para o estímulo ao comércio e às manufaturas¹⁵²”. Tal interdependência é a base do desenvolvimento das nações, o progresso é um evento que extrapola a história de uma única comunidade:

Se consultarmos a história, observaremos que, na maioria das nações, o comércio exterior antecedeu o desenvolvimento das manufaturas domésticas e deu origem aos luxos locais. (...). Assim os homens se familiarizaram com os prazeres do *luxo* e com os *lucros* do comércio; e a sua *sensibilidade* e *diligência*, uma vez despertadas, os levam a novos aprimoramentos, em todos os ramos do comércio, tanto o doméstico quanto o exterior¹⁵³.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 401

¹⁵⁰ Ibidem, p. 410: “Num Estado sem manufatura (...). Todo o trabalho é voltado somente para a satisfação das necessidades básicas, gerando pouco ou nenhum excedente”.

¹⁵¹ Ibidem, p. 450

¹⁵² Ibidem, p. 449

¹⁵³ Ibidem, p. 412

Isso vale especialmente para a Inglaterra, em sua conturbada e obtusa relação com a França, cujos ciúme e ódio ilimitados eram francamente prejudiciais à primeira, não à segunda¹⁵⁴. Todos esses preconceitos resultam, ao fim, numa “apatia” do Estado, numa ignorância do progresso em política¹⁵⁵. Há dois séculos atrás, o escocês prossegue, a agricultura e as manufaturas da ilha eram “toscas”, “imperfeitas”: “Cada melhoria que fizemos desde aquela época surgiu da nossa imitação dos estrangeiros”. E, “apesar do estado avançado das nossas manufaturas, nós ainda adotamos, cotidianamente, em todas as atividades, as invenções e melhorias de nossos vizinhos¹⁵⁶”. A relação comercial incide nas relações pessoais, pois, ao contrário dos financistas, os comerciantes são “uma das raças mais úteis de homens, que servem de agentes entre aquelas partes do Estado que estão totalmente isoladas e ignoram as necessidades umas das outras¹⁵⁷”. O comércio, neste sentido, aproxima-se da função da lei, que é a de estabelecer contato, por meio de um único interesse que é o do Estado, entre suas partes constituintes, formando uma integração que, embora *artificial*, condiz com a natureza das relações sociais humanas, neste caso uma ampliação delas¹⁵⁸.

A consulta à história convém também para corroborar a tese de que o intercâmbio entre Estados não apenas favoreceu o surgimento do saber, mas que o modo de civilização é fundamentalmente precário e, de maneira formidável, ele se inscreve na Inglaterra na medida em que está inscrito nas suas adjacências:

(...) o crescimento das riquezas e do comércio em qualquer outra nação, em vez de prejudicar, geralmente estimula as riquezas e o comércio de todos os seus vizinhos; e que um Estado dificilmente consegue levar muito longe sua indústria e comércio quando todos os estados vizinhos estão atolados na ignorância, na preguiça e na barbárie.

Se os Estados vizinhos “não nos tivessem instruído originalmente, continuaríamos sendo bárbaros no presente”; caso tal instrução não fosse um processo contínuo, “nossas atividades cairiam num estado de marasmo e

¹⁵⁴ Ibidem, p. 478

¹⁵⁵ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics. Op. Cit.* p. 173: “(...) any one trying to demonstrate the truth of the Englishman's belief in the superiority of his free government will ‘in all probability’ be refuted by the continued progress of civilization in general and the ‘civilized monarchies’ in particular”.

¹⁵⁶ HUME, David. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários. Op. Cit.* p. 494

¹⁵⁷ Idem, p. 459

¹⁵⁸ Ibidem, p. 495: “A natureza, ao conceder uma diversidade de temperamentos, climas e solos às diferentes nações, assegurou o intercurso e o comércio mútuos, desde que todos se mostrem trabalhadores e civilizados”.

perderiam o caráter de competição e novidade, que tanto contribui para o progresso¹⁵⁹”. Esse tipo de relação, fundada no comércio, dá ao Estado um aspecto mais aproximado ao da gerência, isto é, toda linguagem, todo acordo tende a situações nas quais ele é pensado para o público em detrimento dos particulares. Tal condição já se encontrava justificada no caso da lei, cujo anverso permanecia na exceção dos soberanos. No que tange o comércio, encontramos o monopólio da riqueza como uma contradição no Estado¹⁶⁰. Para Hume, a maneira pela qual se poderá contornar esta “disfunção” será a de considerar as relações comerciais num espectro mais generalizado, ampliando o potencial do trabalho – e seus ganhos – na medida em que o aprimora, abrindo para a economia novas possibilidades: “Mas vou mais longe, ao observar que, quando se preserva uma comunicação aberta entre as nações, é impossível que a indústria doméstica de cada uma não receba um estímulo do desenvolvimento das outras¹⁶¹”.

4.4

O trabalho no mundo comercial e a coincidência dos interesses

O trabalho em Hume está longe de ser uma condição natural, porém. É o ócio que prevalece ante o engenho. Não que o trabalho esteja, contudo, em desacordo com a natureza humana, pois as condições externas ao homem o impelem à ação e a utilidade do trabalho torna a vida sem ele opressiva¹⁶². O trabalho, portanto, deve sua aceitação pelos homens na medida da sua utilidade, e toda a dificuldade em contornar o ócio natural está justamente na sua exterioridade, pois encontramos-lo associado, especialmente, ao hábito. Como o hábito está nos modos e não nos genes, para uma família – ou uma nação – de trabalhadores, será o exemplo do trabalho que possibilitará o aperfeiçoamento contínuo, o “espírito de trabalho” será o progresso de uma nação: “Se o espírito de trabalho for preservado, ele pode ser facilmente desviado de um ramo [de produção] para outro¹⁶³”. Ora, compreendido como a força de Estado o emprego a ser dado ao trabalho será o comércio. Ultrapassando a situação de subsistência,

¹⁵⁹ Ibidem, pp. 494-495

¹⁶⁰ Ibidem, p. 414: “Acrescente-se que, quando as riquezas estão concentradas em poucas mãos, estas devem usufruir todo o poder, e assim tenderão a conspirar para que toda a carga tributária recaia sobre os mais pobres, o que irá oprimi-los ainda mais (...)”.

¹⁶¹ Ibidem, p. 494

¹⁶² Ibidem, p. 460

¹⁶³ Ibidem, p. 496

encontraremos na manufatura um desenvolvimento dificilmente constatável por meio somente da agricultura. Pois a primeira é o resultado de uma técnica, enquanto a última gera, com mais naturalidade, a indolência¹⁶⁴. A manufatura inclina-se para a diversidade; assim, qualquer aproximação a uma produtividade apenas básica deverá ser rechaçada como estanque: “E qualquer povo será mais feliz se possuir uma variedade de manufaturas do que se possuir uma única grande manufatura, que dê emprego a todos”. É a sua intrínseca relação com o comércio a justificativa, porque “A sua situação é assim menos precária e eles [os trabalhadores] sentirão menos intensamente quaisquer mudanças e incertezas, às quais todo ramo particular de comércio sempre estará exposto¹⁶⁵”.

O trabalho encontra no comércio uma função mais elaborada para o desenvolvimento não só do Estado, mas também dos indivíduos¹⁶⁶, o que de pronto já o credencia a uma expansão, que Hume visa explicitar através da interdependência entre os Estados. Quanto maior a necessidade inscrita nessa trajetória, mais a alavanca do progresso moverá a população adiante. Do mais baixo ao mais elevado grau, os indivíduos são todos atingidos pelo refinamento subsequente a essa evolução:

Outra vantagem da diligência e dos refinamentos nas artes mecânicas é que eles geralmente produzem refinamentos também nas artes liberais: uma não pode ser levada à perfeição sem estar acompanhada pela outra. A mesma época que produz grandes filósofos e políticos, renomados generais e poetas, normalmente também é fértil em hábeis tecelões e construtores de navios. (...). O espírito da época afeta todas as artes; e as mentes dos homens, uma vez afastadas de sua letargia e postas em fermentação, voltam-se para todos os lados, aprimorando todas as artes e ciências. A ignorância profunda é totalmente eliminada e os homens gozam aquele privilégio das criaturas racionais, de unir o pensamento à ação, de cultivar os prazeres do espírito bem como aqueles do corpo¹⁶⁷.

O comércio exterior encontra-se, assim, justificado. Hume constantemente enumera sua maleabilidade, as diversas possibilidades dele resultantes, sua congruência com a natureza humana, a felicidade dos líderes e do povo unidas por uma coincidência cujo poder de expansão era como que ilimitado. De fato, ao priorizar o comércio, o escocês estabelece uma justa contraposição entre os poderes de poucos e a possibilidade de satisfação da maioria, como os fabricantes

¹⁶⁴ Ibidem, pp. 408-409

¹⁶⁵ Ibidem, pp. 496-497

¹⁶⁶ Ibidem, p. 460: “O comércio estimula o trabalho, contagiando cada membro do Estado e não deixando ninguém sucumbir ou tornar-se um inútil”.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 422. Ver também p. 412

domésticos¹⁶⁸. A multiplicidade dos afazeres se apresentava como uma condição em sincronia à multiplicidade dos ganhos: uma divisão levaria necessariamente a outra. O hábito do trabalho multiplicado pela expansão comercial levaria à felicidade social e à potência do Estado. Não é outra coisa, portanto, a que Hume aspira:

Uma desproporção muito grande entre os cidadãos enfraquece qualquer Estado. Se fosse possível, toda pessoa deveria usufruir dos frutos de seu trabalho, com a satisfação plena de todas as suas necessidades e de muitas conveniências da vida. Ninguém pode duvidar de que semelhante igualdade é adequada à natureza humana, e que ela acrescenta muito mais à felicidade dos pobres do que subtrai da dos ricos. Ela também aumenta o *poder do Estado*, fazendo com que qualquer imposto ou taxa extraordinários sejam pagos de bom grado. (...), quando a riqueza se distribui entre a multidão, a carga fica mais leve sobre todos os ombros, e os impostos não representam uma mudança significativa no estilo de vida de qualquer um¹⁶⁹.

Não obstante, a profundidade dessa coincidência entre a parte da população mais necessitada de recursos e a outra que, naquele dado momento, detinha o que se convencionou chamar de capital, acabou por se apresentar mais frágil do que Hume supunha. Na sua concepção de Estado, Hume diz que tanto governo quanto justiça estão atrelados a uma imagem de controle. Sem dúvida, não há governo sem quem o principie, o líder em uma guerra provavelmente, nem sem quem o determine na sua figura máxima (as leis), como o legislador. Nem há, de fato, continuidade da sociedade civil sem um soberano e os magistrados. Eis a característica que é o fulcro das monarquias civilizadas, a lei. Mas a lei e o governo são fixados e representados por agentes institucionais inerentes a tais composições, o que quase não se percebe quando se frequenta a imagem econômica do escocês. Encontramos, é verdade, um papel do Estado, mas um papel de manutenção das condições de existência do comércio, não da forma de sua distribuição:

Mas pode-se alegar que existem exemplos freqüentes de Estados e reinos que foram, no passado, ricos e opulentos, e são hoje pobres e indigentes. O dinheiro que abundava nesses países não os abandonou? Respondo que, se eles perderam

¹⁶⁸ Ibidem, pp. 412-413: O comércio com os estrangeiros, “ao proporcionar à parcela mais opulenta da população artigos de luxo, com os quais ela nunca tinha sonhado, desperta nela o desejo de um estilo de vida mais esplêndido do que aquele desfrutado por seus ancestrais. E, ao mesmo tempo, os poucos mercadores que detêm o segredo da importação e da exportação obtêm lucros enormes; e, tornando-se rivais em riqueza da antiga nobreza, produzem em outros aventureiros a tentação de se tornarem seus rivais no comércio. A imitação logo propaga todas essas atividades”.

¹⁶⁹ Ibidem, pp. 413-414

seu comércio, sua indústria e mesmo sua população, não podiam esperar conservar seu ouro e prata.

A existência da população e da indústria mantém o contínuo fluxo de dinheiro, que por sua vez “acompanhará com segurança os negócios humanos, se não houver medo nem insegurança” do Estado e dos investidores¹⁷⁰. A questão toda está, portanto, em determinadas qualidades apresentadas pelos agentes produtores e pelos do comércio, mantidos pela figura do Estado. De acordo com esta visão, a livre iniciativa estabelece um potencial de competitividade a todos acessível, inscrito na voracidade da paixão humana e conformada ao hábito; daí ser lógica a idéia de que todo esforço é seguido por uma compensação equivalente (se não, aproximada a isso). Como Deleuze aponta, numa comparação entre a raridade de bens imóveis (quando o Estado determina um fim simultaneamente à manutenção dos meios) e a “motivação qualitativa” do comércio, “Hume conclui que, em uma sociedade, a harmonia quantitativa das atividades econômicas”, isto é, a distribuição das riquezas num Estado comercial, “se estabelece mecanicamente, contrariamente ao que se passa na propriedade”, que, dada sua limitação em relação a quem reclama posse, “invoca um legislador e um Estado”. Não há dúvidas de que este tem um papel mais alargado em toda a ciência política de Hume, o que não impediu, todavia, que a previsão do escocês esbarrasse num problema ainda a ser resolvido não só na Inglaterra de seu tempo, mas em toda a Europa:

Sem dúvida, continuará sendo o caráter de uma época, às vésperas do desenvolvimento do capitalismo, não ter visto, de ter por somente vezes pressentido que o interesse dos proprietários fundiários, dos capitalistas e sobretudo dos trabalhadores não era um só e mesmo interesse¹⁷¹.

¹⁷⁰ Ibidem, pp. 490-492

¹⁷¹ DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade*. Op. Cit. p.51. Ver também FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 321: “Hume's philosophical science does not know class-interest, apparently, or the social and economic aspect of parties”.